

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.522 - SP (2019/0265528-0)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : JOSÉ PAZ VAZQUEZ**  
**RECORRENTE : JUAN JOSE CAMPOS ALONSO**  
**ADVOGADOS : JOSÉ VICENTE CÊRA JÚNIOR - SP155962**  
**GABRIELLA ROSA BRESCIANI RIGO - SP299069**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**  
**INTERES. : IBÉRIA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA**  
**ADVOGADOS : GABRIEL ANTÔNIO SOARES FREIRE JUNIOR - SP167198**  
**RAFAELA OLIVEIRA DE ASSIS - SP183736**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por José Paz Vasquez e outro, com base nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 329):

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. JUÍZO DE EQUIDADE.

1. A verba sucumbencial não está adstrita ao piso estabelecido no § 3º do art. 20 do CPC/1973 (*tempus regit actum*) nas causas em que vencida a Fazenda Pública (§ 4º)
2. Agravo interno não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 345-351).

Os recorrentes alegam ofensa aos arts. 489, 494 e 1.022 do CPC/2015. Argumentam que a Corte regional foi omissa por não ter analisado os vícios indicados nos embargos de declaração.

Salientam a violação do art. 20 do CPC/1973. Sustentam, em síntese, que, considerados o tempo envolvido, a responsabilidade e o valor da causa, é irrisório o valor dos honorários advocatícios.

Aduzem divergência jurisprudencial com julgado desta Corte Superior.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 423-429).

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 435-438), foram os autos remetidos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Inicialmente, não merece prosperar a tese de violação dos arts. 489, 494 e 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão impugnado fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pelas partes, elegendo fundamentos diversos daqueles por elas propostos, não

# *Superior Tribunal de Justiça*

configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

Quanto ao mérito propriamente, a orientação da jurisprudência desta Corte Superior é que, para o arbitramento dos honorários advocatícios, o julgador, na apreciação subjetiva, pode utilizar-se de percentuais sobre o valor da causa ou da condenação, ou mesmo de um valor fixo, não se restringindo aos percentuais previstos nos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC/1973.

Ademais, o arbitramento da verba honorária pelo critério da equidade na instância ordinária é matéria de ordem fática, insuscetível de reexame na via especial nos termos da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Excepcionalmente, entretanto, entende-se cabível a readequação dos honorários se o valor fixado foi claramente irrisório ou exorbitante (v.g. REsp 1.387.248/SC, Corte Especial, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 19/5/2014 – repetitivo).

Tal possibilidade demanda que o acórdão recorrido traga exame de elementos suficientes que possibilitem a aferição da razoabilidade e da proporcionalidade na fixação dos honorários, o que não é o caso dos autos, no qual a Corte de origem, com base no art. 20, § 4º, do CPC/1973, reduziu a verba honorária fixada na sentença sem adentrar em detalhes significativos que pudessem justificar a pretendida revisão.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DIREITO À NOMEAÇÃO CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS. PRETERIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRETENSÃO DE MINORAÇÃO DO VALOR ESTIPULADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

[...]

4. A revisão dos honorários advocatícios esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ, pois não restou configurada a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte para que seja possível a alteração da verba sucumbencial.

5. Agravo Interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.084.655/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 25/8/2017)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CONTRATO ADMINISTRATIVO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PREVIDÊNCIA SOCIAL. EXAME DE CLÁUSULAS DO CONVÊNIO. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULAS 5 E 7/STJ. DIVERGÊNCIA

# *Superior Tribunal de Justiça*

JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. IMPUGNAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE VERBA HONORÁRIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

5. A revisão percentual de honorários advocatícios não é possível em sede especial porquanto implica incursão ao suporte fático-probatório carreado aos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ, salvo para rever a fixação de verba honorária em valor irrisório ou excessivo.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.586.912/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 7/11/2016)

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial, tendo em vista que a tese sustentada foi afastada no exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator